



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

MARIA DE LOURDES FELIX DE LACERDA RODRIGUES

**AS CONCEPÇÕES DE INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO IDENTIFICADAS NAS
INICIATIVAS NO MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

**JOÃO PESSOA
DEZEMBRO - 2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

MARIA DE LOURDES FELIX DE LACERDA RODRIGUES

**AS CONCEPÇÕES DE INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO IDENTIFICADAS NAS
INICIATIVAS DO MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

JOÃO PESSOA
DEZEMBRO - 2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R696c Rodrigues, Maria de Lourdes Felix de Lacerda.

As concepções de inovação em educação identificadas nas iniciativas no movimento de inovação na educação / Maria de Lourdes Felix de Lacerda Rodrigues. - João Pessoa, 2021.

39 f. : il.

Orientação: Jeane Félix da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Concepções de inovação. 3. Inovação em educação. 4. Movimento de inovação na educação. I. Silva, Jeane Félix da. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 37(043.2)

MARIA DE LOURDES FÉLIX DE LACERDA RODRIGUES

**AS CONCEPÇÕES DE INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO IDENTIFICADAS NAS
INICIATIVAS DO MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Data da aprovação:

BANCA EXAMINADORA

Jeane Felix da Silva

Profa. Dra. Jeane Félix da Silva
Universidade Federal de Alagoas - Orientadora

Profa. Dra. Lebiam Tamar Gomes Silva
Universidade Federal da Paraíba - Examinadora

Prof. Dr. Fábio, do Nascimento Fonseca
Universidade Federal da Paraíba - Examinador

DEDICATÓRIA

Ao meu estimado esposo Edimar Fernandes pelo apoio incondicional e constante incentivo, aos meus pais Raimundo Lacerda (Nonato) e Socorro Félix que me incentivaram muito para atingir essa conquista, aos meus filhos Vitor e Vitória que me motivaram a lutar e a nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus, fonte suprema de minha vida, por ter me concedido a oportunidade de reingressar em uma excelente universidade reconhecidamente uma das melhores do país.

Ao meu esposo, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão permanecendo ao meu lado nos momentos difíceis desta caminhada.

Aos meus pais por ter me encorajado a atingir uma das metas e realizações que tanto almejei na vida e estou prestes a concretizar, especialmente a minha mãe, Socorro Félix por ter dado todo o suporte necessário durante o curso, possibilitando sua conclusão.

Aos meus filhos pela compreensão e paciência.

A minha orientadora Jeane Félix, pelo empenho em me ajudar a atingir esta meta.

Aos mestres, a eterna gratidão pela dedicação e os conhecimentos compartilhados que muito contribuíram para a nossa formação, transmitindo acima de tudo suas experiências.

À professora doutora Lebiam Tamar e ao professor doutor Fábio Fonseca pelas generosas partilhas dedicadas no Projeto de pesquisa do PIBIC, do qual tive o privilégio de participar e fundamentar o presente trabalho. O aprendizado adquirido durante a execução do projeto foi essencial e enriquecedor.

A todos (as) os (as) colegas de curso de Pedagogia, por mantermos uma relação de amizade e companheirismo em diversos momentos que passamos em nossa vida acadêmica. Sem vocês, nossas aulas não teriam sido tão proveitosas!

EPÍGRAFE

A leitura crítica da realidade, tem de juntar a sensibilidade do real e, para ganhar esta sensibilidade ou desenvolvê-la, precisa da comunhão com as massas. O intelectual precisa saber que a sua capacidade crítica não é superior nem inferior à sensibilidade popular. A leitura do real requer duas.

Paulo Freire (1985, p. 20)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetiva classificar as concepções de inovação em educação identificadas nas iniciativas do Movimento de Inovação na Educação - MIE. Trata-se de um recorte da pesquisa de iniciação científica intitulada: Inovação em Educação no Brasil: estudos teóricos, dados estatísticos e instituições (Edital 02/2020/PROPESQ/UFPB), que serviu de contexto para a produção do material empírico analisado neste trabalho. Em termos teóricos, a pesquisa se fundamenta na inovação em educação caracterizada por duas concepções predominantes, a saber: concepção regulatória e concepção emancipatória. A primeira sob um viés econômico, busca atender as demandas do mercado que objetivam o lucro, enquanto a segunda busca promover a emancipação, contribuindo para o debate sobre a importância da inovação na educação. Em termos metodológicos, a pesquisa constitui-se, como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, do tipo documental e exploratória, utilizando-se dos seguintes procedimentos: coleta, análise e categorização dos dados obtidos a partir de seleção no banco de dados do MIE. No referido banco de dados, foram identificadas as concepções de inovação em educação presentes. A partir da identificação dessas concepções, avançamos para a categorização dos dados coletados, sistematizando as informações descritas no resumo de cada instituição nos seus respectivos sites, focando nos dados relacionados à gestão, Projeto Político-Pedagógico (PPP) e prática pedagógica com a fundamentação teórica, considerando as características de cada concepção explicitada pelos teóricos citados nesse trabalho, possibilitando a classificação das instituições por concepção de inovação em educação. Conclui-se que a concepção de inovação em educação predominante nas iniciativas inovadoras do Movimento de Inovação na Educação foi a concepção de inovação em educação emancipatória que luta contra os mecanismos de poder, por uma educação de qualidade, inclusiva, na qual o trabalho é visto como uma prática social.

Palavras-chave: Concepções de Inovação; Inovação em Educação; Educação, Movimento de Inovação na Educação.

ABSTRACT

This Completion Course Work aims to classify the concepts of innovation in education identified in the initiatives of the Education Innovation Movement - EIM. This is an excerpt from the scientific initiation research entitled: Innovation in Education in Brazil: theoretical studies, statistical data and institutions (Notice 02/2020/PROPESQ/UFPB), which served as a context for the production of the empirical material analyzed in this work. In theoretical terms, the research is based on innovation in education characterized by two predominant conceptions, namely: regulatory conception and emancipatory conception. The first, from an economic perspective, seeks to meet market demands aimed at profit, while the second seeks to promote emancipation, contributing to the debate on the importance of innovation in education. In methodological terms, the research is constituted as a research with a qualitative-quantitative approach, of a documentary and exploratory type, using the following procedures: collection, analysis and categorization of data obtained from selection in the EIM database. In that database, the present conceptions of innovation in education were identified. From the identification of these concepts, we proceeded to the categorization of the collected data, systematizing the information described in the summary of each institution on their respective websites, focusing on data related to management, Political-Pedagogical Project (PPP) and pedagogical practice with theoretical foundation, considering the characteristics of each conception explained by the theorists mentioned in this work, enabling the classification of institutions by conception of innovation in education. It is concluded that the conception of innovation in education predominant in the innovative initiatives of the Movement for Innovation in Education was the conception of innovation in emancipatory education that fights against the mechanisms of power, for a quality, inclusive education, in which work is seen. as a social practice.

Keywords: Innovation Concepts; Innovation in Education; Education, Education Innovation Movement.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- INSTITUIÇÕES POR NATUREZA.....	30
GRÁFICO 2 - INSTITUIÇÕES POR ESFERA.....	31
GRÁFICO 3- INSTITUIÇÕES POR REGIÃO GEOGRÁFICA.....	32
GRÁFICO 4 - CONCEPÇÃO DE INOVAÇÃO.....	33

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AES- Ashoka Empreendedores Sociais

CEB- Conselho Estadual de Educação

CNE- Conselho Nacional de Educação

DCNEM- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

ET- Escolas Transformadoras

ICEB- Inovação e Criatividade na Educação Básica

IE- Inova Escola

MCT- Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTI- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC- Ministério de Educação e Cultura

MIE - Movimento de Inovação na Educação

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPP - Projeto Político Pedagógico

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: COMPREENDENDO UM CONCEITO.....	16
2.1 O PERCURSO DA INOVAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980	16
2.2 INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DIFERENTES CONCEPÇÕES	19
2.3 AS RELAÇÕES DA INOVAÇÃO COM O PPP.....	21
2.4 AS RELAÇÕES DA INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL.....	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	25
4 A INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO MIE: APRESENTANDO OS RESULTADOS.....	30
4.1 CONHECENDO AS INSTITUIÇÕES.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6 REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A inovação em educação tornou-se objeto de estudos há pelo menos três décadas no Brasil. As diversas transformações na sociedade demandam mudanças também nas instituições educativas. Inicialmente, pesquisadores/as e estudiosos/as do campo da Educação buscavam entender as relações existentes entre a inovação e a educação, preocupação que se intensificou a partir da segunda metade do século XX, quando os avanços tecnológicos começaram a evidenciar demandas cada vez mais urgentes para a educação. Nesse contexto, as escolas começaram a evidenciar dificuldades para acompanhar as demandas da sociedade em diferentes aspectos, demonstrando o quanto a educação precisava se reinventar e inovar (MASETTO, 2004), o que culminou na necessidade de realização de pesquisas sobre o tema. Segundo Battestin e Nogaro (2016, p. 358), a inovação educacional continua sendo uma temática importante porque “apesar de passadas algumas décadas que marcaram o seu aparecimento como discurso, ela continua ocupando o centro na discussão educacional”.

Compreendemos que a educação deve superar o nível da preocupação e despertar para o uso real de estratégias inovadoras e tecnológicas que possam contribuir para a qualidade social das práticas pedagógicas. A tecnologia e a inovação são realidades que precisam ser consideradas e incorporadas de forma horizontal nas diversas instituições sociais, entre elas, as educativas. Para isso, seria ideal um trabalho articulado entre órgãos governamentais e não governamentais, instituições educacionais escolares e não escolares, nas diferentes esferas, envolvendo o máximo de atores sociais que estejam dispostos a se dedicar a pesquisas e práticas pedagógicas inovadoras.

De acordo com Martins *et al* (2017, p.35), “o mundo exige dos novos profissionais competências complexas para resolver problemas desafiadores e interdisciplinares, capacidade de inovação, de atuação ética e colaborativa em uma sociedade multicultural”. Para atender às referidas demandas, é necessário apoiar-se em um conceito de inovação amplo e plural, que reconheça os diferentes cenários e contextos educativos. Cabe destacar que a inovação que defendemos aqui não é aquela que serve aos lucros exorbitantes para o mercado, mas aquela que permite às instituições educativas ofertarem educação de qualidade social, por meio da qual os/as estudantes possam efetivamente aprender e os/as professores/as possam desenvolver seu trabalho com autonomia pedagógica.

Dentro desse contexto, nos fundamentamos na definição de inovação em educação defendida por Jaume Carbonell (2002, p.19), para quem a inovação é compreendida como:

[...] um conjunto de intervenções, decisões e processos, como certo grau de intencionalidade e sistematização, que tratam de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. E, por sua vez, introduzir, em uma linha renovadora, novos projetos e programas, materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos e outra forma de organizar e gerir o currículo, a escola e a dinâmica da classe (CARBONELL, 2002, p. 19).

Trata-se, pois, de uma definição construída a partir da multidimensionalidade, compreendendo diversos aspectos envolvidos em um processo educativo e na complexidade da inovação educacional. Acreditamos que os/as educadores enfrentam grandes desafios no cotidiano escolar para atuar em uma perspectiva inovadora, particularmente porque, em sua maioria, as instituições tentam implementar as inovações de forma vertical, sem a participação ativa dos/as educadores/as, que se veem diante de diversos desafios para implementá-la. Se a proposta de inovação não for capaz de envolver todos/as os sujeitos do processo educativo, possivelmente, encontrarão resistências para sua implementação, dificultando a adesão e, comprometendo, o sucesso da proposta. Diante dessa realidade, surgem questionamentos acerca de como esse tema está sendo tratado pelos/as educadores/as e sobre quais as práticas educativas que vêm sendo desenvolvidas nas escolas e demais instituições educativas.

Nessa conjuntura, podemos perceber que para a implementação eficaz e bem-sucedida de uma proposta de inovação em educação não basta a boa vontade dos/as educadores/as de inovarem suas práticas pedagógicas. Planejar e implementar um processo de inovação em educação tem sido um processo complexo e multifatorial, demandando esforços de gestores/as, educadores/as e demais envolvidos na instituição. De acordo com Carbonell (2002), a inovação envolve as instituições educativas em sentido amplo, sua gestão, seus materiais educativos e currículos.

Sendo assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca contribuir com a sistematização do conhecimento sobre inovação em educação no Brasil, identificando e categorizando as concepções de inovação em educação produzidas e disseminadas pelo Movimento de Inovação na Educação (MIE). Nesse sentido, este trabalho fundamenta-se na seguinte questão de pesquisa: quais as concepções de inovação em educação destacadas nas iniciativas inovadoras apresentadas pelo Movimento de Inovação em Educação?

Nesse sentido, este TCC apresenta o seguinte **objetivo geral**: classificar as concepções de inovação em educação destacadas nas iniciativas inovadoras apresentadas pelo Movimento de Inovação na Educação. Apresenta, ainda, os seguintes **objetivos específicos**: a). Identificar as concepções de inovação em educação destacadas nas iniciativas inovadoras apresentadas

pelo Movimento de Inovação na Educação; b) Categorizar as concepções de inovação em educação destacadas nas iniciativas inovadoras apresentadas pelo Movimento de Inovação na Educação.

É importante destacar que este Trabalho de Conclusão de Curso, bem como meu interesse pela temática estudada, é fruto de minha participação, como estudante voluntária, no projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “Inovação em educação no Brasil: Estudos teóricos, dados estatísticos e instituições”, coordenado pela professora doutora Lebiam Tamar Gomes Silva. O projeto foi estruturado em três planos de trabalho, quais sejam: “O que é inovação em educação, afinal? ”, “Panorama nacional de dados sobre inovação em educação no Brasil” e “A rede de inovação em educação no Brasil”, coordenados de forma colaborativa pela coordenadora do projeto, em conjunto com o professor doutor Fábio do Nascimento Fonseca e a professora doutora Jeane Félix da Silva. Participaram da pesquisa as estudantes: Paula Maria Nunes da Silva e Taísa Rodrigues Dantas, além de mim. Minha orientadora e eu ficamos responsáveis pelo Plano de Trabalho 3, do qual se desdobra este TCC. Assim, as informações aqui apresentadas e analisadas ancoram-se, especificamente, no Plano de Trabalho 3.

O referido projeto iniciou suas atividades em 2020, com o objetivo geral de compreender o conceito e os elementos centrais da inovação educativa no Brasil, coletando dados visando traçar um panorama da realidade brasileira sobre o tema e compor uma rede de instituições de pesquisa e incentivo à inovação em educação no Brasil (SILVA, 2020). Dentre os bancos de dados pesquisados, estava o Movimento de Inovação na Educação (MIE), composto por diferentes redes e instituições escolares e não escolares que desempenham e incentivam iniciativas inovadoras, buscando reunir instituições, iniciativas sociais, profissionais e escolas que desenvolvem propostas inovadoras no campo educacional em nosso país.

Este TCC foi organizado em cinco partes complementares, assim distribuídas: esta *Introdução*, que apresenta a temática investigada, o projeto de PIBIC do qual o TCC se desdobra, traz os objetivos e elementos metodológicos do trabalho; o capítulo 2, intitulado *Inovação em educação: compreendendo um conceito*, aborda o referencial teórico que sustenta este TCC; o capítulo 3, intitulado *Procedimentos metodológicos* discorre acerca da metodologia utilizada neste trabalho; No capítulo 4, nomeado *A inovação em educação no MIE: apresentando os resultados* foi apresentado a análise e os resultado da pesquisa; O capítulo 5 apresenta as *Considerações Finais* e discorre sobre as considerações acerca dos dados levantados e suas contribuições para o contexto educacional.

2. INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: COMPREENDENDO UM CONCEITO

A inovação em educação, de acordo com a definição de Carbonell (2002), deve mergulhar nos elementos importantes de uma formação atual que seja compreensiva e integral, de forma a ultrapassar os muros das universidades, chegando a diferentes instituições escolares e não escolares. Nessa direção, o planejamento de aulas precisaria levar em consideração o contexto que envolve a instituição educativa, buscando compreendê-la e envolvê-la no processo de inovação (CARBONELL, 2002).

Para Battestin e Nogaro (2016, p. 360), “inovação é um termo usado frequentemente para designar alguma novidade. Quando esse dinamismo do “novo” ocorre, simultaneamente associamos que algo bom aconteceu ou está para acontecer”. E, prosseguem afirmando que, “etimologicamente, a palavra tem origem no latim, *innovatio*, significando renovação; todavia, o prefixo *in* encontrado no início da palavra assume a função de ingresso, ou seja, algo novo deverá acontecer, algo que não era feito antes, ou seja, uma novidade” (*ibidem*).

Nesse caso, é importante ressaltar a diferença entre inovação e novidade, tendo em vista que enquanto a inovação busca promover mudanças complexas, com envolvimento coletivo e representativas no intuito de criar algo que ainda não existe, por sua vez a novidade busca promover uma mudança incrementada verticalmente, com a proposta de melhorar algo que já existe. Ou seja, evidencia-se a falta de consenso em relação ao que seria a inovação.

Em virtude disso, o presente trabalho fundamenta-se na inovação em educação, caracterizada pelas duas concepções predominantes na literatura sobre o tema, a saber: a concepção reguladora e a concepção emancipatória. A primeira busca atender as demandas do mercado, que objetiva o lucro, enquanto a segunda busca promover a emancipação dos sujeitos do processo educativo, contribuindo para o debate sobre a importância da inovação em educação (DELGADO, 2015). Para uma melhor compreensão desse conceito, abordaremos o percurso da inovação em educação no Brasil, a partir de 1980, bem como as diferentes concepções de inovação em educação adotadas em nosso país e suas relações com a gestão e o projeto político-pedagógico.

2.1 O PERCURSO DA INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

A inovação em Educação, no Brasil, começou a se destacar a partir da década de 1980 com o período de transição democrática e abertura econômica e de mercado a competitividade internacional. Nesse período, o Ministério da Ciência e Tecnologia aderiu ao discurso desenvolvimentista que atribuía à educação básica a responsabilidade de formação de

cidadãos/ãs para fomentar o cenário atual de competitividade fundamentada nos ideais da ciência aplicada (DELGADO, 2015).

É importante ressaltar que, na referida década, o Brasil apresentava problemas sociais graves, vivenciando um momento de profunda crise econômica, hiperinflação e registrando indicadores educacionais insatisfatórios, desmotivadores, evidenciando uma escola excludente e o enorme descaso nacional com a formação dos cidadãos brasileiros. Diante das novas demandas do setor produtivo da sociedade houve, em alguns países, um impulsionamento nas buscas por saberes técnico-científicos. Infelizmente, como as políticas do Brasil não priorizaram a ciência e a tecnologia, o país assumiu o papel de simples importador das tecnologias advindas de outros países (DELGADO, 2015).

Nesse contexto, segundo Delgado (2015), o então professor titular da USP, doutor Shozo Motoyama encaminhou algumas propostas para as políticas de ciência e tecnologia, entre as quais, a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e:

[...] destinação de recursos financeiros à ciência atrelados a percentuais fixos do Produto Nacional Bruto (PNB) e a valorização da educação em todos os níveis, tornando a profissão do educador mais atraente, em particular a educação científica desde o ensino de 1º grau (atual ensino fundamental). (DELGADO, 2015, p. 768).

A referida proposta foi aceita e implementada pelo então Presidente da República José Sarney, em 1985, dando origem ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que passou a desempenhar um importante papel na política nacional na área. Após trinta anos, o MCT foi renomeado e passou a incorporar o termo “inovação” em seu nome oficial, passando para Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), evidenciando assim o papel de destaque que a inovação passou a ocupar, fundamentada em produtos e processos considerados inovadores, orientados pelas atuais demandas de concorrência capitalista (DELGADO, 2015).

Nesse cenário, a ciência passou a ser moldada, orientada e constrangida por grandes investidores econômicos, que sob o pretexto de estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, passaram a pressionar o setor de educação a inovar em diversos contextos, desde suas políticas até as práticas de gestão educacional. Essa imposição ocorreu a partir da lógica advinda dos setores produtivos e mercadológicos, o que teve como efeito a transformação da inovação, fazendo-a ocupar um papel indispensável nas diversas dimensões da vida social brasileira, promovendo uma grande ascensão ao valor da inovação na sociedade contemporânea (DELGADO, 2015). O movimento de valorização da inovação ganhou enorme destaque com a escolha de 2002 como o “ano da inovação”, MCTI, ao mesmo tempo, evidenciou uma migração

da valorização da inovação do setor de mercado para o setor de conhecimento (DELGADO, 2015).

Posteriormente, em 2010, a educação básica já integrava os temas da agenda de debates no campo da ciência e da tecnologia, ocupando uma sessão plenária com o título “Educação e CT&I: educação de qualidade desde a primeira infância” na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação, que teve como resultado a noção de necessidade de uma revolução educacional, desde a educação básica até o ensino superior. Dessa forma, o ensino médio começou a receber uma especial atenção, considerando o seu caráter estratégico na fase de conclusão da educação básica e de iniciação no mundo do trabalho, bem como a continuidade nos estudos na educação profissional e/ou superior (DELGADO, 2015).

No contexto da política educacional, a inovação também começou a ganhar posição de destaque que refletiu no ensino médio. Segundo Delgado, os principais destaques seriam:

Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que alterou o inciso I do art. 208 da Constituição Federal, passando o Estado a garantir a educação básica como obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, a propositura do “Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI” [Brasil, 2009], e, como terceira inovação, a Resolução CNE/CEB nº 2/2012 [BRASIL, 2012a], derivada do Parecer CNE/CEB nº 5/2011 [Brasil, 2012b], que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio [DCNEM], revogando a Resolução CNE/CEB nº 3/1998. As novas DCNEM reforçam a indissociabilidade entre teoria e prática e trazem a relação articulada entre trabalho, tecnologia, ciência e cultura. Contudo, a visão funcionalista da educação como instrumento renovador eficaz da sociedade e, portanto, que vincula formação educacional e progresso econômico [algo típico do liberalismo econômico e do tecnicismo pedagógico], fica evidente no parecer CNE/CEB nº 5/2011 (DELGADO, 2015, p.770)

Sendo assim, percebemos que junto com a crescente valorização da educação focada em processos inovadores para fomentar as demandas produtivas da sociedade contemporânea, também foram desenvolvidas desagradáveis e limitantes iniciativas no campo educacional. Tais iniciativas refletiram diretamente na construção da proposta curricular das instituições educativas, exigindo inovações na construção dos Projetos Político-Pedagógicos, estreitando a articulação entre as inovações iminentes na gestão educacional e da inovação da política. Nesse sentido, Turche (2010, p.20) *apud* Delgado, (2015, p.769) afirma que:

Os consumidores são educados pela indústria cultural a se renderem ao poder de sedução das inovações embarcadas nos mais diversos produtos, nessa sociedade da sensação expressando[...] a pressão exercida pela indústria cultural da era digital, da economia globalizada orientada pelas concepções do neoliberalismo sobre toda a sociedade (TURCHE, 2010, p. 20 *apud* DELGADO, 2015, p. 769).

Analisando essas afirmações, sob essa ótica, percebemos que a Educação passou a ser considerada um produto, buscando atender as demandas da sociedade e de consumidores/as cada vez mais exigentes e globalizados que, primordialmente, estão assentados/as no discurso da inovação. Nesse cenário, que considerada a educação como um produto, ela tornou-se um produto para poucos. Essa perspectiva, em termos de educação, tem se firmado a partir de uma concepção reguladora, com objetivos instrumentalizadores, técnicos e economicistas, se contrapondo à concepção emancipatória de educação. Cabe destacar que, conforme Tavares (2019, p. 14), “o conceito de inovação em educação detém uma ampla rede de significados que estão vinculados às diferentes concepções epistemológicas e ideológicas acerca do processo educativo”, no entanto, para fins deste TCC, optamos por abordar esse conceito a partir de duas concepções, a saber: a regulatória e a emancipatória, conforme passamos a explicitar.

2.2 INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DIFERENTES CONCEPÇÕES

Abordando a inovação, no campo da Educação, à luz de Huberman (1973) e Nóvoa (1992), percebemos que, no Brasil, as inovações eram geralmente impostas vertical e hierarquicamente, fundamentadas no conceito de função de produção, visando de maneira simplista a eficácia. Huberman (1973, p. 16) *apud* Delgado (2015, p. 772) define inovação como “uma operação completa em si mesma cujo objetivo é fazer instalar, aceitar e utilizar determinada mudança”. Dessa forma, percebemos que o autor demonstra compreender o planejamento e execução como processos diferentes, situando quem executa e quem planeja as ações inovadoras em lugares diferentes, nos quais o/a executor/a é considerado um/a simples assimilador/a da inovação, evidenciando uma hierarquia gerencial imposta verticalmente (HUBERMAN, 1973 *apud* DELGADO, 2015).

Nesse sentido, produzir uma inovação na perspectiva regulatória é implantar uma espécie de reforma estrutural no sistema educacional fundamentada em três pilares, inicialmente à necessidade de mudança em que alguns aspectos educacionais ficam condicionados à determinação de fatores externos à organização escolar. Posteriormente, evidencia-se uma imposição de fora para dentro da escola, na qual professores/as deveriam participar da mudança de forma meramente prescritiva. Por fim, para que a inovação fosse implantada, as políticas educacionais deveriam ser planejadas em nível hierárquico, de forma que ao chegarem à escola estivesse baseado em elementos administrativos, controle e avaliação, demonstrando que essa proposta era moldada na clássica teoria da administração, mas que ficava inteiramente condicionada aos aspectos de gestão escolar, enfraquecendo a autonomia

da escola e evidenciando o quanto a lógica de mercado se inseriu na educação (DELGADO,2015).

A partir dessa lógica, o espaço escolar e a educação tendem a ser percebidos como campos de embate, confrontando lógicas e interesses distintos. Dessa forma, enquanto uns/umas defendem a autonomia escolar, outros/as insistem em submeter-se a interesses e influências políticas externas, submetendo a construção do Projeto Político-Pedagógico em uma gestão produtiva, em uma lógica e interesses imediatistas e mercadológicos. Nessa concepção, a inovação baseia-se no tecnicismo e na instrumentalização do indivíduo, ou seja, caracterizando assim a concepção regulatória com viés econômico (DELGADO, 2015).

É importante ressaltar que em contraposição a essa concepção de educação empresarial e instrumentalizadora, marcada pelo utilitarismo e visão funcionalista escolar, há a concepção emancipatória, também conhecida como concepção edificante. Essa concepção fundamenta-se em interesses essencialmente inclusivos, acolhedores que buscam oportunizar uma formação plena e cidadã aos indivíduos, contribuindo com a luta contra as formas instituídas e os mecanismos de poder, defendendo uma implementação horizontalizada no âmbito da escola, de dentro para fora, considerando o protagonismo dos/as docentes (DELGADO, 2015). Nesse cenário, Delgado (2015) afirma que:

A inovação emancipatória não pode ser entendida como sinônimo de evolução, reforma ou mudança conservadora nos seus sentidos intrínsecos a racionalidade instrumental. Ao contrário, a inovação é tomada como uma produção humana, inegavelmente atrelada à realidade histórica e social (DELGADO, 2015, p. 777).

Dentro desse contexto, é importante destacar o conceito de emancipação. De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, emancipação “[. Do lat. emancipatione]S. f. 1. Ação ou efeito de emancipar (-se). 2. Alforria, libertação. 3. Dir. Instituto jurídico pelo qual, no Brasil, o menor de 18 anos e maior de 16 adquire gozo dos direitos civis”. Enquanto no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, o verbo emancipar foi definido como: “Emancipar - vb. 'eximir do pátrio poder ou da tutela [...]”. Já no Dicionário Marxista (p.123), o conceito de emancipação está profundamente relacionado à ideia de liberdade. Na perspectiva liberal, trata-se da “ausência de interferência ou, ainda especificamente, de coerção. Sou livre para fazer o que os outros não me impedem”.

Nesse universo marxiano, o conceito de emancipação se configura como um processo social, que está diretamente relacionado à liberdade, à luta de classes e à criação de um novo modelo social que seja capaz de superar aspectos do molde vigente. É necessário prudência

para que não haja desordem teórica com outros processos individuais que aspiram a autodeterminação e o desenvolvimento intelectual e pessoal do sujeito (CANIELLES, 2009).

Sendo assim, podemos perceber que a base epistemológica da concepção de inovação edificante ou emancipatória está inteiramente dissociada do controle gerencial capitalista e da ideia de administração empresarial, fundamentando-se em uma proposta de autonomia, a ser construída e vivenciada pelos atores escolares, horizontalmente por estudantes e professores/as.

Diante das duas concepções de inovação em educação apresentadas, a regulatória com viés econômico e emancipatória com viés emancipatório, após análise das definições e características, acreditamos que a concepção emancipatória deve ser defendida e estimulada pelos diferentes atores sociais. Nosso argumento se sustenta por compreendermos que essa perspectiva considera as finalidades da educação em três direções, a saber: focada na pessoa, no trabalho e na cidadania, priorizando o crescimento pessoal e não apenas profissional, como propõe a lógica capitalista (DELGADO, 2015).

2.3 AS RELAÇÕES DA INOVAÇÃO COM O PPP

Analisando o que abordamos até o momento acerca de inovação e suas diferentes concepções do contexto da educação, percebemos sua relevância para o sistema educativo e, por consequência, sua expressão na elaboração e implementação dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, evidenciando a base das relações da inovação com o referido documento. Compreendemos que o PPP é o coração da escola, é o documento que, se construído coletiva e democraticamente, como deve ser, registra as intencionalidades éticas, políticas e pedagógicas da escola. Trata-se de um documento fundamental para promover a educação com qualidade social nas escolas e, nesse sentido, em nossa perspectiva, precisa necessariamente envolver aspectos da inovação educacional. Nas palavras de Veiga (2003, p.268):

Falar em inovação e projeto político pedagógico tem sentido se não esquecermos qual é a preocupação fundamental que enfrenta o sistema educativo: melhorar a qualidade da educação pública para que todos aprendam mais e melhor. Essa preocupação se expressa muito bem na tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho. Desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, para participar dos processos de produção da sobrevivência e para desenvolver-se pessoal e socialmente.

Nesse sentido, fica explicitada a necessidade de se construir um PPP que esteja comprometido com as diversas necessidades culturais e sociais da população para se alcançar uma educação de qualidade, de modo a consolidar a educação escolar como direito de todos os educandos e educandas. Para ampliar a compreensão acerca das relações entre o PPP e a inovação, passamos a articular o conceito do PPP com as abordagens de inovação mencionadas aqui.

Compreendidas a partir da perspectiva regulatória, que possui bases epistemológicas fundamentadas em ideais conservadores, de caráter normativo e regulador, os quais limitam e fragmentam o processo de mudança a uma simples rearticulação do sistema. Nesse cenário, a inovação regulatória demonstra-se excludente para quem decide inovar. De acordo com Veiga (2003, p. 269):

Os processos inovadores continuam a orientar-se por preocupações de padronização, de uniformidade, de controle burocrática, de planejamento centralizado. Se a inovação é instituída, há fortes riscos de que seja absorvida pelas lógicas preexistentes, pelos quadros de referência reguladores.

Sendo assim, percebemos que a inovação regulatória prioriza uma implementação verticalizada, na qual os sujeitos da escola são convidados a aceitar e implementar as ideias do agente inovador, de forma que o processo de inovação se torna prescritivo, com aplicação técnica, desconsiderando as relações e as divergências entre os seus atores. Nessa perspectiva, a autonomia dos sujeitos da escola não é priorizada na construção e na implementação dos seus próprios processos de inovação. Assim, o PPP seria construído acriticamente, sem considerar as consequências para o sistema educativo contribuindo para a perpetuação da aplicação técnica, passando a ser “visto como um documento programático que reúne as principais ideias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa ou de um curso”(VEIGA, 2003, p. 272). O PPP no contexto da inovação regulatória tende a assumir o papel de mero cumpridor de normas técnicas reguladoras e dominadoras com foco no processo burocratizado da instituição educativa, tornando-se um instrumento de controle.

Por outro lado, cabe lembrar que a inovação emancipatória busca uma ruptura com a base da inovação regulatória, afirmando que os fundamentos deste tipo de inovação não podem ser confundidos com uma reforma, mudança ou evolução. A inovação em perspectiva emancipatória tem suas bases epistemológicas baseadas em caráter argumentativo e emancipador, de forma a direcionar a construção do PPP. Nesse sentido, é importante considerar as afirmações de Veiga (2003, p. 274) em relação à intencionalidade do processo inovador da concepção de inovação emancipatória ou edificante:

a intencionalidade permeia todo o processo inovador e, conseqüentemente, o processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico [...] lutam contra as formas instituídas e os mecanismos de poder [...] reforça as definições emergentes e alternativas da realidade [...] deslegitima as formas institucionais, a fim de propiciar a argumentação, a comunicação e a solidariedade (VEIGA, 2003, p. 274).

Sendo assim, percebemos que o PPP sob a lógica da inovação emancipatória, deve valorizar o processo de construção, considerando a singularidade da instituição educativa, incentivando uma construção, implementação e avaliação coletiva. Nessa perspectiva, não se separa o processo do produto, quem planeja e quem executa, pois compreende-se que esse é um processo complexo e que deve envolver todos os sujeitos envolvidos, em um movimento de profunda reflexão da estrutura de poder, oportunizando aos/às educandos/as tomar consciência de que a escola também é um ambiente de resistência, de luta e berço de inovação, capaz de romper com a lógica mercadológica e regulatória. Considerando essa realidade, é importante discorrer sobre a gestão educacional e como sua concretização no ambiente escolar deve refletir nas relações da inovação em educação.

2.4 AS RELAÇÕES DA INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL

A gestão escolar é uma parte fundamental em um processo de inovação em educação, uma vez que, para que o processo de inovação aconteça, particularmente na perspectiva emancipatória, é preciso de uma gestão organizada e transparente, que atue democraticamente. De acordo com LÜCK (2005, p. 17), “ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão democrática envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na melhoria do processo pedagógico”. Em outras palavras, trata-se de um processo de gestão que envolve todos os atores da escola.

Cabe dizer que a gestão escolar não é compreendida apenas nessa perspectiva, uma vez que há, também, uma perspectiva gerencial e vertical, centrada no/a gestor/a, sem necessariamente escutar a comunidade. Contudo, considerando que a escola é um ambiente de construção, reconstrução e intercruzamentos de culturas, é necessário que a gestão escolar reflita o coletivo e a diversidade de sujeitos ali existentes. Segundo Lück (2009, p. 75), uma vez que:

a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se

expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização.

No cenário nacional, percebemos intensas mudanças em diferentes campos: político, econômico, científico e cultural, que comprometem o processo de produção e transformação nas condições sociais, acentuando a desigualdade, a exclusão social afetando diretamente o trabalho docente e a comunidade escolar e, desse modo, a inovação em educação, particularmente nas escolas. Em relação às intensas mudanças econômicas, é importante atentar para as contribuições de Libâneo (2001, p. 44) que afirma que “o modelo econômico atual, conhecido por neoliberalismo, tem como princípio regulador do funcionamento da sociedade, o mercado, ao qual se submetem as políticas educacionais”.

O referido modelo econômico atinge o sistema educacional, passando a exigir dele uma adequação aos interesses capitalistas, de forma a preparar os/as estudantes para atender as demandas do processo de produção, afetando os postos de trabalho. Cabe destacar que não desconsideramos a importância de que a escola esteja atenta às necessidades de formação profissional para o mercado, especialmente porque boa parte dos/as estudantes é oriundo das classes populares e precisará trabalhar para contribuir com a renda de suas famílias, mas a escola não deve ter esse elemento como finalidade principal.

De acordo com Libâneo (2001, p. 48), “a escola contemporânea precisa voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social”. Para que isso se concretize, é essencial entender a necessidade e a urgência de ações concretas que favoreçam a educação por parte do Estado e poderes constituídos, bem como a participação efetiva da sociedade e de todos os envolvidos com o contexto educacional. Além disso, é fundamental que a escola não deixe de incorporar elementos de inovação, obviamente vinculados a propostas emancipatórias, conforme já mencionamos.

É justamente sob essa ótica que a gestão escolar deve se fundamentar, promovendo uma construção do projeto político-pedagógico que valorize a diversidade e particularidades dos seus atores, tornando a escola um espaço fértil para a implementação de propostas inovadoras em educação, baseadas em concepções emancipatórias, edificantes, crítico-emancipatórias, capazes de romper com propostas regulatórias e limitantes, evidenciando uma relação sólida e promissora entre a inovação em educação e a gestão escolar.

Desse modo, apresentada a fundamentação teórica que sustenta esta pesquisa, passamos, na próxima seção, a explicitar os caminhos metodológicos para a construção deste TCC.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente trabalho constitui-se, metodologicamente, como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de natureza online, documental e exploratória, utilizando-se dos seguintes procedimentos: seleção do banco de dados do MIE; coleta, análise e categorização dos dados obtidos. No referido banco de dados, foram analisadas e identificadas as concepções de inovação em educação presentes. A pesquisa científica, para Minayo (1993, p.23), é “uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente [...], evidenciando assim a complexidade da pesquisa”.

No que se refere à natureza, a pesquisa se caracteriza como online e documental: *online* porque foi desenvolvida em ambiente virtual, uma das características desse tipo de pesquisa; documental porque os dados coletados estavam acessíveis como arquivos eletrônicos no banco de dados (FLICK, 2009 Apud SILVA, 2020).

Em relação a abordagem quali-quantitativa, consideramos as contribuições de Denzin e Lincoln (2006), que afirmam que:

a pesquisa qualitativa ressalta “a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” Enquanto, a pesquisa quantitativa enfatiza “o ato de medir e analisar as relações causais entre variáveis, e não processos (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 23).

Além disso, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois se propôs a identificar as concepções de inovação em educação evidenciadas na base de dados do MIE. Quanto ao tipo documental, é importante considerar as palavras de Flick (2009) sobre os documentos e sua adequada utilização:

“[...] os documentos não são somente uma simples representação dos fatos ou da realidade [...] ao decidir-se pela utilização de documentos em um estudo, deve-se sempre vê-los como meio de comunicação [...] os documentos não são, portanto, apenas simples dados que se podem usar como recurso para pesquisa. Uma vez que comece a ser utilizado para pesquisa, ao mesmo tempo o pesquisador deve sempre focalizar esses documentos enquanto um tópico de pesquisa: quais são suas características, em que condições foram produzidos, e assim por diante” (FLICK, 2009, p. 333).

Sendo assim, optamos pela pesquisa exploratória que, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), é uma investigação de pesquisa empírica cujo propósito é desenvolvimento de hipóteses, fazendo com que o/a pesquisador/a se aproxime do ambiente da pesquisa. Quanto ao método indutivo, é importante destacar as afirmações de Lakatos e Marconi (2003, p.86):

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Assim, como já mencionado, esta pesquisa definiu como universo de estudos o banco de dados Movimento de Inovação na Educação (MIE). O referido movimento surgiu em 2015, promovendo o destaque do Mapa da Inovação Brasileira, um mapa produzido pelo Ministério da Educação (MEC), com o suporte do Programa Inova Escola, inicialmente como:

O Movimento de Inovação na Educação (MIE) nasce com a intenção de reunir instituições, escolas, profissionais, ativistas e iniciativas sociais que desenvolvam novas propostas frente às tradicionais formas de educar. O intuito é contribuir com a qualidade na educação, com a superação das desigualdades, com a transformação de contextos e com a garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral de todos e todas (MIE, 2021, s.p.s.d.).

O MIE caracteriza-se como uma plataforma criada para divulgar e disseminar metodologias e práticas educativas consideradas inovadoras no Brasil. Apresentando um mapa interativo que possibilita uma análise da distribuição das iniciativas inovadoras, reunindo notícias e publicações relacionadas ao tema de inovação em educação em nosso país. A partir do ano de 2018, a plataforma MIE passou a incorporar redes parceiras de inovação, tais como: Cidade Escola Aprendiz, Ashoka, e Fundação Telefônica Vivo, possibilitando uma reorganização na sua base de dados, agora composta por quatro redes, ampliando sua proposta original e destacando com mais incentivo e ênfase às iniciativas consideradas inovadoras (MIE, s.p., t.d.).

A coleta de dados foi realizada no banco de dados do MIE, no período de 14 de dezembro de 2020 a 21 de janeiro de 2021. Nessa fase, priorizamos os objetivos do projeto PIBIC, buscando experiências inovadoras desenvolvidas pelas instituições escolares e não escolares ali informadas. Inicialmente, definimos como descritor de busca a opção “iniciativas inovadoras”, disponível na própria plataforma MIE, posteriormente, pesquisamos as quatro redes disponíveis, a saber: Ashoka Empreendedores Sociais (AES), Escolas Transformadores (ET), Inova Escola (IE), Inovação e Criatividade na Educação Básica (ICEB): Nessa fase, foram realizadas 32 combinações de descritores para cada rede, com os filtros disponibilizados pelo próprio site MIE.

Com o recorte feito para a construção deste TCC, diante dessas iniciativas e propostas do referido movimento, dos dados coletados para o PIBIC, realizamos uma nova busca. Dessa

vez, o intuito foi destacar as concepções de inovação em educação identificadas nas iniciativas inovadoras do Movimento de Inovação em Educação (MIE) até o ano de 2020.

O Movimento de Inovação na Educação definiu sua proposta baseada nas seguintes dimensões de uma organização educativa inovadora: Gestão, Currículo, Ambiente, Metodologia e Intersetorialidade. Diante desses elementos, a presente pesquisa levou em consideração essas definições para identificar as concepções de inovação educativa presentes nas instituições escolares e não escolares destacadas como inovadoras na base de dados do MIE, passando a analisar o resumo de cada instituição nos seus respectivos sites. Nesses resumos, as instituições descrevem suas práticas pedagógicas, dados sobre a gestão, a elaboração e implementação dos PPP, possibilitando a análise dessas informações e suas características. Desse modo, foi possível comparar as características descritas nos resumos com as características das concepções reguladora e emancipatória, já apresentadas nesse trabalho, possibilitando a classificação das instituições.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, foram desenvolvidos nas seguintes etapas: a seleção do banco de dados, o levantamento de bibliografias existentes; coleta e categorização dos dados obtidos, buscando classificar as concepções de inovação educativa presente nas suas iniciativas inovadoras. Passamos, pois, a apresentar os critérios utilizados para a classificação.

Natureza: Escola e Organização Não Escolar;

Público: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA;

Esfera: Público e Particular ou Comunitária;

Características: Rural e Urbana.

A partir dos filtros disponibilizados, realizamos trinta e duas combinações que foram utilizadas para cada rede. Após as 32 (trinta e duas) combinações nas 04 (quatro) redes, realizamos 128 (cento e vinte e oito) buscas no banco de dados, encontrando 234 (duzentos e trinta e quatro) instituições, dessas 122 (cento e vinte e duas) instituições foram encontradas em mais de uma rede, configurando-se como repetição.

Dessa forma, realizamos uma segunda etapa, uma pesquisa qualitativa em 112 (cento e doze) instituições. Essa nova etapa buscou identificar entre as instituições mapeadas quais instituições, de fato, se enquadravam no objetivo da nossa pesquisa, considerando os seguintes critérios: infraestrutura, práticas educativas, currículo e gestão. Obedecendo esses critérios,

obtivemos 15 (quinze) instituições que não apresentavam suas propostas e intenções inovadoras e que, portanto, não foram incluídas na pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, estabelecemos como critérios de inclusão as instituições que participavam, implementavam e/ou organizavam suas ações em rede, por ciclos, por faixa etária, por projetos, por resolução de problemas, participação em programas inovadores, pedagogia de roda, pedagogia social, pedagogias do brincar e do salão. Sendo assim, foram categorizadas como instituições inovadoras na nossa pesquisa o total de 97 (noventa e sete) instituições (escolas e organizações não escolares).

Considerando essa categorização, passamos a analisar qualitativamente e quantitativamente as 97 (noventa e sete) instituições, adotando como critérios a análise do resumo de cada uma das instituições, focando nas informações relacionadas a gestão educativa, ao PPP e as práticas pedagógicas relacionando às características das duas concepções de inovação que fundamentam esse trabalho, para identificar e classificar as concepções de inovação expressadas nas suas iniciativas e práticas pedagógicas. Para isso, inicialmente analisamos a planilha google produzida para o projeto PIBIC, a partir dela, foi produzida uma outra planilha google (TCC Cópia de MIE - Planilhas Google), acrescentando outros marcadores, como o resumo da apresentação de cada instituição e a concepção de inovação, que viabilizasse o alcance dos objetivos desta pesquisa.

Posteriormente, produzimos uma *Dashboard* no *Data Studio* (TCC PEDAGOGIA (Disponível em: <https://datastudio.google.com/s/vhIBzdin4Xw>)), para uma melhor categorização e identificação dos dados coletados. *Dashboard* é um painel dinâmico que oportuniza uma melhor leitura e compreensão de dados, disponibilizando filtros que tornam a consulta intuitiva e interativa (HAMMES, 2018).

Em relação à produção do *dashboard* é importante considerar as palavras de Silva et al (2020, p.11):

No caso específico da apresentação de resultados desta pesquisa, o *dashboard* se mostrou como a técnica ideal para gerar gráficos de diferentes tipos [...] os quadros descritivos permitiram que todo o conjunto de dados reunidos durante o estudo possa ser acessado por outros pesquisadores pela internet. E os filtros de controle possibilitam a visualização dos dados de maneira segmentada por categorias teóricas e empíricas empregadas para a hierarquização e análise dos resultados da pesquisa. O diferencial desse tipo de sistema informático *web* é ampliar as possibilidades de comunicação dos resultados e o acesso aberto aos dados de estudos científicos que, de outro modo, como por exemplo, as publicações científicas impressas ou eletrônicas não permitem fazer. Desse modo, os resultados do estudo em si [...] pode servir de base para a realização de estudos futuros sobre o objeto de estudo investigado.

Nessa análise, identificamos que das 97 (noventa e sete) instituições escolares e não escolares, 61 (sessenta e uma) se classificam como uma concepção de inovação em educação emancipatória, enquanto 36 (trinta e seis) se caracterizam como uma inovação em educação regulatória sob o viés econômico. Sendo assim, percebemos que 66,7% foram identificadas com iniciativas que promovem a inovação emancipatória, enquanto 33,3% foram identificadas com iniciativas que promovem a inovação regulatória.

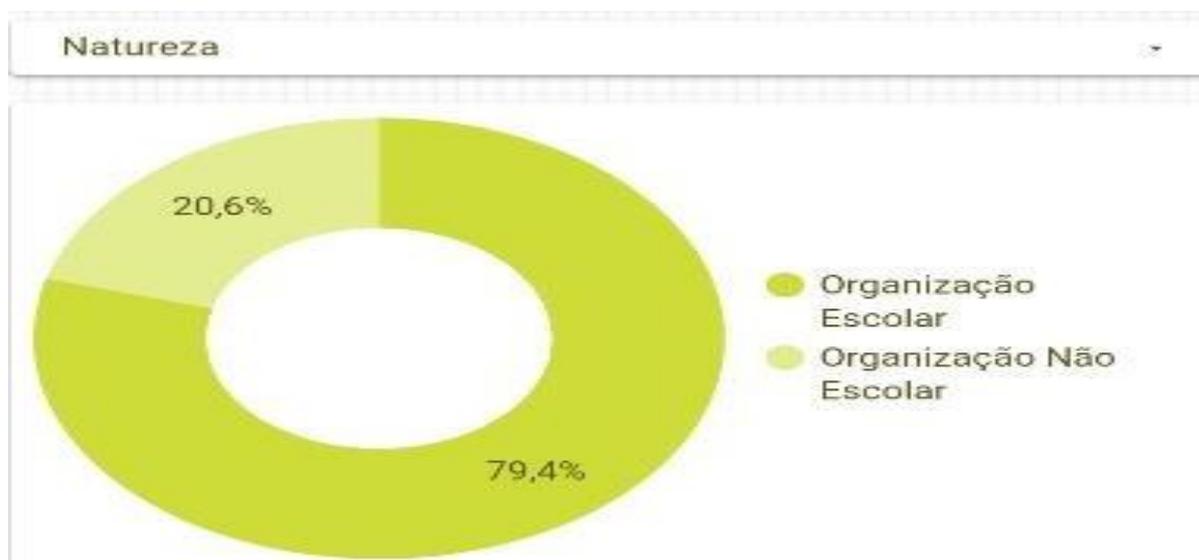
4. A INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO MIE: APRESENTANDO OS RESULTADOS

4.1 CONHECENDO AS INSTITUIÇÕES

Considerando que a presente pesquisa se propôs a classificar as concepções de inovação em educação destacadas no Movimento de Inovação na Educação -MIE, iniciamos pela identificação e categorização das concepções de inovação. Antes disso, passamos a apresentar as instituições mapeadas, considerando os critérios institucionais e de localização, conforme passamos a descrever.

Dessa forma, considerando a coleta inicial, realizamos a categorização das 97 (noventa e sete) instituições por natureza, dessas, 77 são instituições escolares e 20 organizações não-escolares, conforme o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1: Instituições por Natureza

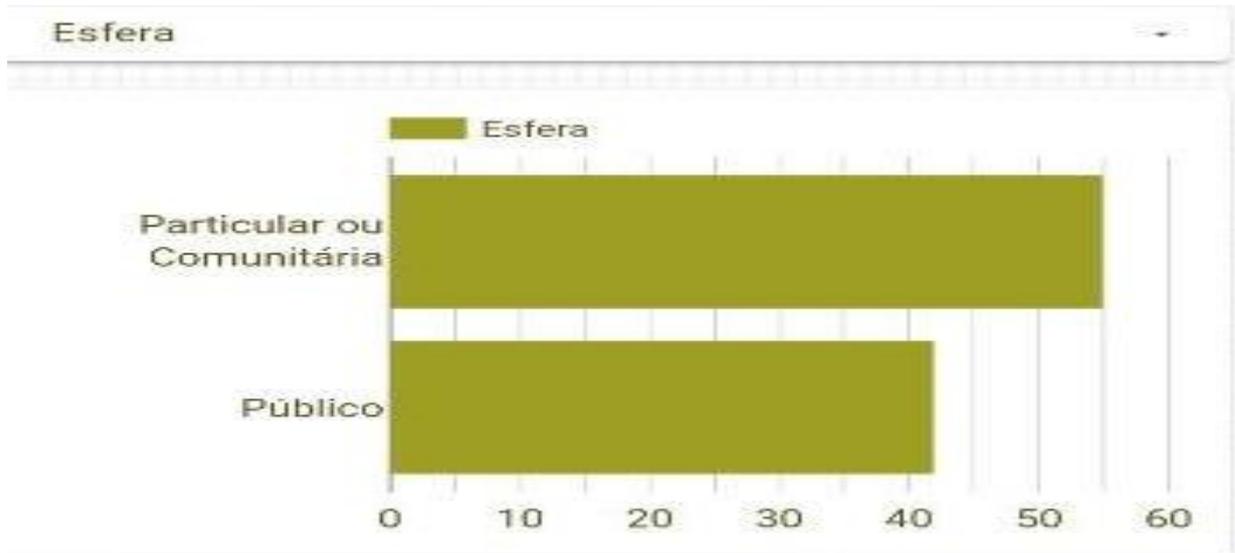


Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Diante dessa categorização por natureza, é possível perceber que grande parte dessas instituições são escolares, evidenciando o quanto tais instituições têm se empenhado com a inovação em educação, contribuindo com suas práticas educativas o que corrobora com as afirmações de Carbonell (2002) de que a inovação envolve as instituições educativas em sentido amplo. Em relação a categorização por esfera, verificamos que 55 são instituições particulares ou comunitárias e 42 são instituições público, atestando assim, que as instituições particulares

ou comunitárias encabeçam as iniciativas consideradas inovadoras educativas no Brasil, conforme os dados do MIE, representados no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Instituições por Esfera

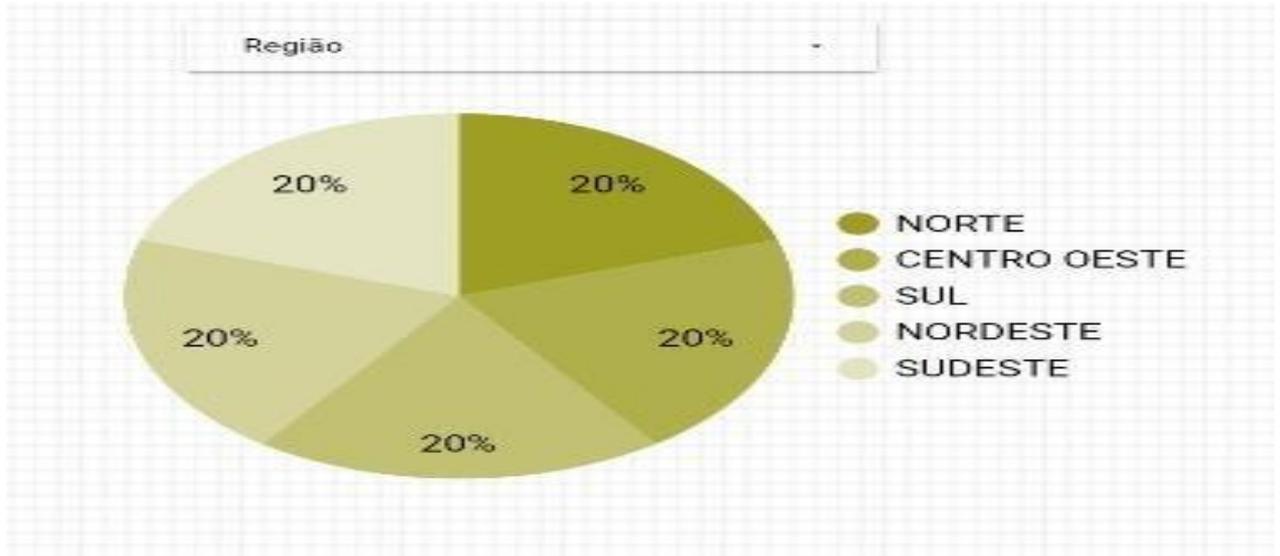


Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Analisando a categorização por esfera, constata-se a liderança das instituições particulares ou comunitárias nas iniciativas educativas inovadoras no Brasil. Partindo do princípio de que nas instituições particulares os recursos financeiros são oriundos de mensalidades pagas por pais e/ou responsáveis e que há uma regularidade nesses recursos, viabilizando os investimentos de acordo com o planejamento e objetivos da instituição, diferentemente das instituições públicas que dependem exclusivamente de recursos públicos que são cada vez mais limitados e escassos, podemos considerar que os dados do gráfico 2 são extensivos a outras instituições em nosso país. Nesse sentido, é importante atentar para as palavras de Delgado (2015) que diz que foi atribuído a educação a incumbência pela inovação, formando cidadãos (ãs) para fomentar a competitividade nacional. Dessa forma, os resultados dos investimentos, planejamento e gestão aparecem em dados educativos como os que foram mencionados.

Na categorização por região, constatamos que das 97 instituições, apenas 5 delas estão localizados na região norte, enquanto 51 estão na região sudeste, 22 na região nordeste, 11 na região sul e 8 na região centro-oeste, sinalizando uma gigantesca diferença regional nesse quesito, o que pode ser notado no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Instituições por região geográfica



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Refletindo os dados categorizados do Movimento de Inovação na Educação, por região geográfica, constatamos que as regiões sudeste, nordeste e sul concentram as práticas inovadoras no nosso país. Em seguida, verificamos que as organizações escolares que estão desenvolvendo práticas inovadoras correspondem a mais de 50% dessas instituições e são de esfera particular ou comunitária, indicando que as organizações escolares têm potencial para inovar em educação, e que nesse contexto as escolas públicas demandam uma especial atenção e investimentos, pois esses dados revelam que as instituições particulares concentram as práticas inovadoras. No cenário educacional, as instituições particulares se destacam pelas suas iniciativas consideradas inovadoras, seja para uma maior captação de alunos, seja por questões mercadológicas norteadas pela acirrada competitividade e ocupação de lugar de destaque que sugerem que a instituição lidera por oferecer serviços de melhor qualidade.

Ao seguirmos com a análise e tabulação dos dados coletados, passamos a utilizar os recursos da “Planilha Google”, conectando-a ao *Data Studio*, possibilitando a produção do *Dashboard*, que é um painel dinâmico que apresenta os dados categorizados, visualmente atrativos e interativos, composto por tabela e gráficos com filtros de controles para a segmentação dos dados coletados (HAMMES, 2018).

Para as categorizações por natureza, esfera e região utilizamos os dados obtidos na coleta inicial. Posteriormente, passamos a identificar e classificar as concepções de inovação em educação destacadas no MIE, categorizando-as de acordo com os critérios qualitativos já mencionados, e representando-as graficamente, conforme passamos a demonstrar:

Gráfico 4: Concepção de inovação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Dessa forma, identificamos que das 97 (noventa e sete) instituições escolares e não escolares, 61 (sessenta e uma) se caracterizam como uma concepção de inovação em educação emancipatória, enquanto 36 (trinta e seis) se caracterizam como uma concepção de inovação em educação regulatória.

Analisando o Gráfico 4, constatamos que a concepção emancipatória lidera os dados, indicando que as instituições mapeadas no banco de dados do MIE buscam contribuir com a inovação em educação sob uma concepção que propõe a emancipação dos sujeitos, fundamentando-se no conceito de inovação em educação multidimensional, defendida por Carbonell (2002), que também ressalta a importância do PPP e da atuação da gestão educacional, na organização e gestão do currículo, buscando a melhoria na qualidade da educação. Em relação a gestão escolar, é importante compreender que ela deve ter também um caráter administrativo, e não somente pedagógico, englobando diversos aspectos. De acordo com Lück (2009), a gestão escolar deve atender alguns preceitos, como uma atuação democrática e coletiva que seja capaz de envolver a comunidade toda a comunidade escolar e

influenciar a atuação dos seus membros. Esses preceitos, apontados por Lück (2009), corroboram com as ideias de Libâneo (2001) de que a escola contemporânea precisa estar voltada às novas realidades, incorporando elementos de inovação que concretizem uma proposta emancipatória contra a exclusão social. Para que essa proposta se consolide, é essencial a elaboração de um PPP, dentro dessa perspectiva, atrelado a uma gestão educacional democrática que possa ser percebida na prática pedagógica de cada instituição.

Na representação em percentual, percebemos que 66,7% foram identificadas com iniciativas que promovem a inovação emancipatória, enquanto 33,3% foram identificadas com iniciativas que promovem a inovação regulatória. Sendo assim, percebemos que grande parte das instituições ainda acreditam e implementam práticas educativas fundamentadas em interesses capitalistas e mercadológicos, com característica predominante de regulação, geralmente implementada verticalmente sem expectativa de sucesso, que não priorizam a formação cidadã plena. Observamos que 33,3% das instituições pesquisadas no MIE implementam a inovação sob a ótica de uma concepção regulatória, de viés econômico (DELGADO, 2015).

Nessa perspectiva, as propostas de inovação são planejadas hierarquicamente, baseadas em elementos administrativos, controle e avaliação, moldadas na teoria da administração para a gestão escolar, fragilizando assim a autonomia da escola e evidenciando a lógica de mercado presente na educação: Em nosso ponto de vista, esse tipo de concepção deve ser questionado e superado, tendo em conta que ela não considera a formação cidadã e emancipatória.

Ao refletir as duas concepções de inovação identificadas no MIE, suas definições, características e propostas aqui já abordadas, podemos afirmar que em sua maioria as concepções de inovação em educação destacadas no MIE estão fundamentadas na concepção emancipatória. Isso implica que se sustentam em perspectivas inclusivas e acolhedoras, orientando a plena formação cidadã dos/as educandos/as. Essa perspectiva é defendida por Delgado (2015) e busca valorizar a inovação em educação como uma produção humana ligada diretamente à realidade histórica e social dos sujeitos, sob uma proposta de autonomia construída e efetivada horizontalmente, priorizando a tríplice finalidade da educação focada na pessoa, no trabalho e na cidadania, oportunizando o crescimento pessoal e o pleno exercício da sua cidadania, conforme já mencionamos.

Vimos, também, que para a concretização da inovação em educação com uma concepção emancipatória, a atuação da gestão é fundamental, devendo assumir um caráter democrático e participativo. Esse caráter, conforme as ideias de Libâneo (2001), busca valorizar a comunidade escolar e possibilitar a construção de um PPP que promova inovação em educação sob uma

concepção emancipatória que surja de dentro para fora, horizontalmente. Em outras palavras, busca promover a construção de uma proposta pedagógica que valorize a diversidade e particularidades dos seus atores, tornando a escola um ambiente favorável para a implementação de propostas inovadoras baseadas na concepção emancipatória, evidenciando também, uma sólida relação entre a inovação em educação e a gestão escolar.

Nesse contexto, torna-se essencial destacar as afirmações de Veiga (2003) relacionadas à intencionalidade que fundamenta todo o processo de inovação em educação, desde a construção e efetivação do PPP que, segundo a autora, deve estar ancorado em uma concepção emancipatória, passando pela gestão escolar que deve ser fundamentada na atuação democrática, sendo capaz de envolver e influenciar os membros da sua comunidade escolar. Dessa forma, evidencia-se a relevância da concepção emancipatória tão essencial a sociedade contemporânea, de forma que deve ocupar espaços instituições cada vez mais representativos, contribuindo para a melhoria na qualidade de ensino e conseqüentemente na vida dos sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o presente trabalho nos possibilitou identificar, categorizar e classificar as concepções de inovação presentes no MIE, alcançando, portanto, o objetivo proposto nesse trabalho. Como já informamos, a pesquisa foi realizada no MIE (Movimento de Inovação na Educação), inicialmente no período de dezembro de 2020 a setembro de 2021. Os dados coletados neste banco, foram organizados em planilha *google* que possibilitou a produção de um *dashboard* interativo no *Data Studio*, permitindo o acesso e diferentes análises sobre as concepções de inovações identificadas no MIE.

Ao analisar se os objetivos propostos nesse trabalho foram alcançados, podemos considerar que inicialmente na identificação das concepções de inovação, constatamos que no MIE destacaram-se as duas concepções de inovação em educação predominantes: concepção regulatória e a concepção emancipatória. A primeira, de viés econômico, prioriza os interesses capitalistas e segue a lógica de mercado na busca incessante por lucros financeiros, enquanto a segunda concepção se fundamenta na formação cidadã, buscando promover a emancipação dos sujeitos. A partir da identificação dessas concepções, avançamos para a categorização dos dados coletados, sistematizando as informações descritas no resumo de cada instituição com a fundamentação teórica, focando nas características de cada concepção explicitada pelos teóricos citados nesse trabalho, possibilitando a classificação das instituições por concepção de inovação em educação.

Sendo assim, categorizamos os dados coletados das 97 instituições do MIE por natureza, esfera, região geográfica e concepção, de forma que essas categorizações possibilitassem uma melhor classificação acerca dessas concepções. A elaboração da planilha e dos gráficos viabilizou a análise e representação dos dados coletados, conforme apresentado no capítulo 4.

Em relação aos gráficos apresentados, no Gráfico 1 – referente a categorização das instituições por natureza, constatamos que 79,4% das instituições são de natureza escolar, o que evidencia o quanto os educadores e educadoras brasileiros (as) estão buscando a inovação em educação, contribuindo para a melhoria na qualidade do ensino. Ao analisar o Gráfico 2 – referente à categorização por esfera, verificamos que as instituições particulares ou comunitárias lideram as práticas inovadoras em educação no Brasil, contabilizando 55 das 97 instituições. O referido gráfico não demonstra discrepância nos dados apresentados, indicando que 42 das 97 instituições são de esfera pública e tem se dedicado a inovação educacional. Esses dados sugerem que, provavelmente, o destaque das instituições particulares ou comunitárias pode ser atribuído aos investimentos financeiros, tendo em conta que nas instituições particulares os recursos financeiros chegam de forma mais constante e regular, possibilitando

maiores investimentos, bem como rapidez e eficácia no uso desses recursos, em comparação com as instituições públicas que dependem exclusivamente de investimentos governamentais, o que é cada vez mais limitado e escasso.

Quanto à categorização por região geográfica, foi possível constatar que as regiões sudeste, nordeste e sul, concentram respectivamente os maiores indicadores de inovação em educação brasileira. Nesse gráfico, verificou-se uma enorme discrepância de dados, pois enquanto a região sudeste concentrou o maior número de instituições, representando 51 das 97 instituições do MIE, a região norte representou apenas 5 das 97 instituições, enquanto a região nordeste representou 22 instituições, a região sul representou 11 e a região centro-oeste 08. Diante desses dados, algumas reflexões foram emergindo e junto com elas indagações acerca das causas dessa discrepância entre as regiões sudeste e norte. Considerando que a região sudeste é a região economicamente mais desenvolvida do país, e que concentra o maior número de instituições acadêmicas do país, esses dados são compreensíveis. Por sua vez, os dados da região norte apontam a necessidade de outras pesquisas complementares que nos apresentem respostas que possam explicar esses resultados.

Posteriormente, realizamos a categorização e classificação dos dados relacionados às concepções de inovação destacadas no MIE, sendo assim, verificamos nos gráficos 4 e 5 que a maior parte das instituições pesquisadas, especificamente 66% delas, desenvolvem práticas educativas inovadoras fundamentadas na concepção emancipatória, evidenciando que essas instituições buscam promover a formação cidadã dos seus sujeitos, preparando-os para a vida e não apenas para atender as demandas de mercado.

Refletindo sobre esses dados e a importância de uma elaboração de um PPP fundamentado nessa concepção, bem como a atuação democrática da gestão escolar de forma a envolver os membros da comunidade escolar, de forma coletiva, podemos acreditar que esses 66% de instituições estão considerando a importância do PPP e da gestão educacional para consolidar uma concepção de inovação em educação que seja capaz de promover a emancipação dos sujeitos.

Sendo assim, percebemos que os objetivos propostos nesse trabalho foram alcançados na medida em que identificamos, categorizamos e classificamos acerca dos dados coletados no MIE. É importante destacar que esse processo de categorização e representação de dados possibilitou uma aprendizagem relevante à pesquisadora, inicialmente adquirida durante a participação como pesquisadora voluntária do projeto PIBIC, descrito nesse trabalho. Nesse projeto, a pesquisadora aprendeu a utilizar o *Google Planilhas* e o *Data Studio* para a produção

de *Dashboard* e tal aprendizagem tornou-se essencial no desenvolvimento desse Trabalho de Conclusão de Curso, contribuindo de forma indescritível para a formação da pesquisadora.

A execução do presente trabalho possibilitou, ainda, diversas reflexões acerca da importância da inovação em educação, suas diferentes concepções e conseqüentes implicações na vida dos sujeitos e na sociedade, bem como a relevância de elementos essenciais à sua implementação como o PPP e a gestão educacional, que refletem diretamente na concepção de inovação que a instituição acredita, defende e busca implementar. No caso do MIE, constatamos que a concepção destacada foi a concepção emancipatória, a qual deve ser defendida e almejada por toda comunidade escolar, pois configura uma melhoria na qualidade de ensino, buscando a formação cidadã plena.

Dessa forma, acreditamos que este trabalho pode contribuir com a divulgação de dados relevantes para a educação brasileira, que podem ser acessados e analisados por pesquisadores (as) e demais profissionais da educação que se interessem pela temática da inovação, bem como iniciativas e práticas educativas inovadoras. Acreditamos que os resultados aqui apresentados podem contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas sobre a temática, como estudos que expliquem a situação da região norte apresentada nesse estudo, bem como o aprofundamento de pesquisas relacionadas a terceira concepção de inovação, citada nesse trabalho.

6.REFERÊNCIAS

- BATTESTIN, Cláudia; NOGARO, Arnaldo. **SENTIDOS E CONTORNOS DA INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. HOLOS**, [S.l.], v. 2, p. 357-372, abr. 2016. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3097/1454>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- CANIELLES, Ariela dos Santos. O conceito de emancipação: Uma breve apresentação. In: XVIII CIC XI ENPOS. I Mostra Científica: Evoluir sem extinguir: por uma ciência do devir. Pelotas: UFPel. 2009. Disponível em: <CH_01656 (ufpel.edu.br)>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- CARBONELL, Jaume. A inovação educativa hoje. In: **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed Editora. 2002. p. 15-40.
- DELGADO, Darlan Marcelo. **Inovação em educação na berlinda: da instrumentalização à emancipação**. Linhas críticas, vol. 21, núm. 46. Universidade de Brasília. 2015. P. 764-783.
- DENZIN, Norman & LINCOLN, Yvonne. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**; tradução Joice Elias Costa. - 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.
- HAMMES, Jades Fernando. Dissertação: **Dashboard e um modelo de análise preditiva para doenças cerebrovasculares na atenção primária em saúde**. UFSC. 2018, 105p. Disponível em: < Dashboard e um modelo de análise preditiva para doenças cerebrovasculares na atenção primária em saúde (1library.org) >. Acesso em: 16 nov. 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia. Editora Alternativa, 2001.
- LÜCK, Heloisa. **A gestão pedagógica da organização curricular com foco na superação da distorção idade-série**. Gestão em Rede, n. 62, p. 10 – 14, junho de 2005.
- LÜCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. –Curitiba: Editora Positivo, 2009
- MARTINS, Vidal et al. **Estratégia de inovação das práticas pedagógicas no ensino superior: a experiência da PUCPR**. In: Volumen 1: Gestión Curricular Y Dessarollo de La Docencia. 2017. p.35-44.
- MASETTO, Marcos. **Inovação na Educação Superior**. In: Interface – Comum. Saúde, Educ., v.8.n.14, p.167-202, set.2003-fev2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec,1993.
- SILVA, L. T. G.; FONSECA, F. N.; SILVA, J. F.; SILVA, P. M. N.; DANTAS, T. R.; RODRIGUES, M. L. F. **Inovação em educação: estudos teóricos, dados estatísticos e instituições**. 2020. (Painel de dados sobre Inovação em Educação no Brasil). Disponível em: <<https://datastudio.google.com/s/j4A9F1AGBto>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- VEIGA, Ilma.Passos AlenCastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n.61. 2003. p. 267-281